Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento "Prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego, atual Nova Trabalhadores, no Trecho entre a Av. Ragueb Chohfi até a Av. do Estado", de responsabilidade da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras-Siurb da Prefeitura do Município de São Paulo, realizada na cidade de São Paulo, em 18 de março de 2008.

Realizou-se, no dia 18 de março de 2008, às 17 horas, no Expresso Brasil, Avenida Aricanduva nº 11.500, Jardim Aricanduva, São Paulo-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento "Prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego, atual Nova Trabalhadores, no trecho entre a Av. Ragueb Chohfi até a Av. do Estado", de responsabilidade da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras-Siurb da Prefeitura do Município de São Paulo (Proc. SMA 13.606/2006). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa da Ilustríssima Senhora Regina Luiza Fernandes de Barros, Diretora do Departamento de Controle Ambiental da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores do Município de São Paulo, José Américo, Myriam Athie e Cláudio Prado, e dos Excelentíssimos Senhores Vereadores do Município de Mauá, Diniz Lopes, Paulo Fiorilo e Francisco Chagas -, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento "Prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego, atual Nova Trabalhadores, no Trecho entre a Av. Ragueb Chohfi até a Av. do Estado", de responsabilidade da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras-Siurb da Prefeitura do Município de São Paulo. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, pois sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tinham alguma coisa a dizer sobre o empreendimento pudessem fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Marcelo,..... Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Depois de Roberto Luca Molin e Paulo Vieira de Souza apresentarem um breve histórico do projeto que se pretende implantar e suas principais características, Júlio Scotini, representante empresa de consultoria Geométrica Engenharia, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento e das medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os principais impactos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Hamilton Clemente Alves, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, depois de agradecer, em primeiro

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

lugar, aos parlamentares que compareceram a esta audiência pela solidariedade que demonstram ter com a população que sofrerá os impactos desta obra, e, também, pela promessa que fizeram de constituírem uma frente parlamentar para defender os interesses dessas comunidades, e, em segundo lugar, ao Coletivo das Entidades Ambientalistas por ter favorecido que os movimentos sociais da Zona Leste da RMSP se manifestassem de forma mais adequada, concedendo-lhes o tempo a que tinham direito nessa audiência, comentou: 1) que lhe causava preocupação os aspectos desse licenciamento que denunciavam falta de transparência no que dizia respeito ao fornecimento de informação à população e aos movimentos sociais, pois até o momento a população das regiões por onde passará este traçado não recebeu a visita de nenhum técnico envolvido com este projeto, tendo sido realizada apenas uma reunião na Subprefeitura de São Mateus, coordenada por uma bióloga vinculada à PMSP que desconhecia até mesmo o traçado proposto, e que, portanto, não teve condições de responder aos questionamentos feitos pela comunidade, os quais até agora se encontravam sem respostas, pois nem mesmo os Prefeitos dos Municípios de Mauá e de São Paulo souberam informar o território que será atravessado pelo traçado; 2) que os movimentos sociais dessa região não eram contrários à implantação dessa obra, que, de certa maneira, contribuirá para o desenvolvimento da Zona Leste da RMSP, mas eram contrários, sim, à forma como os Governos Municipais de São Paulo e de Mauá estavam conduzindo seu licenciamento, pois, por exemplo, os EIAs/RIMAs que foram colocados à disposição da população para que os consultasse, por serem genéricos demais, eram totalmente equivocados; 3) que, na audiência realizada em Mauá, foi criticada a participação dos moradores de São Paulo que se manifestaram e colocaram suas preocupações em relação a essa obra, especialmente no que dizia respeito às desapropriações, que tornarão necessária a remoção de cerca de trezentas famílias residentes no Jardim da Conquista, em São Mateus, e outras centenas de pessoas que moravam próximo ao Km 27 da Avenida Sapopemba, na Gleba do São Francisco, com as quais ele, manifestante, havia-se reunido, pois, embora as questões ligadas às desapropriações tenham sido remetidas às Prefeituras desses dois Municípios, como disse, nenhum dos prefeitos nem seus superintendentes, ao serem procurados, ofereceram informações convincentes, nem mesmo sobre a extensão do traçado; 4) que a apresentação feita nessa audiência pelo representante da Dersa foi muito esclarecedora e, sem dúvida, colaborou para que diminuíssem as preocupações que a população vinha alimentando, como também foi importante o acordo feito para que, no dia 23 de março, às 14h30, se realize uma reunião, na sede desta empresa, entre seus representantes e as lideranças dos bairros da Zona Leste da RMSP que serão afetados; 5) que se fazia necessária esta reunião, pois a população estava cansada, o que a levava a desacreditar das promessas feitas, entre outras aquela que dizia respeito à doação da bolsa-aluguel, pois a Prefeitura de Mauá em outra ocasião fez esse tipo de promessa e não cumpriu, o que levou os moradores a serem despejados; 6) que a população não aceitaria a proposta de que parte do valor dos imóveis fosse paga na forma de precatórios nem tão pouco que esse valor fosse aquele constante do IPTU. José Givaldo da Silva Celestino, representante da comunidade Jardim do Vale, depois de declarar que o Governo, ao tomar decisões e anunciar que tantas e tantas famílias seriam desapropriadas, não levou em conta a situação dessas famílias que moravam nessa região há doze anos, nem também tomou conhecimento da discussão que existia no âmbito do Ministério Público e nem tampouco das lutas por moradia que vêm sendo travadas por entidades, associações, e movimentos que atuavam nessa região, comentou que, se o Governo agisse diferente, ou seja, se tivesse entrado em contato com essa população, por certo teria evitado que ela continuasse “dando cabeçada por aí” como também teria criado as condições para que ela contribuísse com esse projeto,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

evitando que provocasse tantos impactos. Atendendo à solicitação feita pelo Secretário-Executivo de que oferecesse informações sobre a responsabilidade de cada um dos órgãos envolvidos nesse projeto, Paulo Vieira de Souza, Diretor de Engenharia da Dersa, informou que, embora participassem da obra o Governo do Estado de São Paulo e as Prefeituras dos Municípios de São Paulo e Mauá, a responsabilidade sobre as decorrências do processo de desapropriação, entre outros, o reasssentamento e a indenização, era exclusivamente da Dersa e que, se alguém tiver de bater em alguma porta, que se dirija à Rua Iaiá, 126, 10º andar, que ele estaria lá e resolveria o problema. Depois de Yolanda Brunetti, representante da Comunidade Quilombo dos Palmares, informar que existiam 190 famílias cadastradas e que fosse informado o dia em que se iniciariam as obras, o representante da Associação dos Moradores de Nova Harmonia Vila Bela, Belo, depois de observar que, como este ano haverá eleições municipais e os novos eleitos talvez não se responsabilizem pelos compromissos assumidos verbalmente no transcorrer do processo de licenciamento dessa obra, propunha que os representantes das entidades que atuavam nos bairros onde ocorrerão desapropriações firmassem um termo de compromisso com a Dersa do qual constasse em que consistiria a responsabilidade dessa empresa com os moradores que serão desapropriados e a solução que ela daria tanto àqueles que não possuem escrituras como àqueles cuja propriedade se encontra em áreas ou bairros irregulares, e que também fossem discriminados, nesse termo de compromisso, os serviços que seriam implantados na região e os órgão responsável por cada um deles. Em seguida, comentou: 1) que o projeto de prolongamento da Avenida Jacu Pêssego estava inserido no contexto de um projeto de desenvolvimento da Zona Leste da RMSP – com uma extensão de 1 milhão e 1 mil metros quadrados, onde moravam, só no Bairro Vila Bela, aproximadamente 60 mil pessoas – visava algumas prioridades, entre as quais: a) criação de uma instituição de ensino superior pública e gratuita na APA do Carmo; b) a criação, com parceria com o setor privado, de um parque para pesquisa e desenvolvimento da Zona Leste; c) a duplicação da Av. Ragueb Cohffi; 2) e a melhoria da qualidade de vida da população dessa região, como a adoção de medidas que diminuam a vulnerabilidade social em que se encontra e a implantação de infra-estrutura de saneamento básico, uma vez que, em alguns bairros, o esgoto corre a céu aberto e a água é trazida através de mangueiras de plástico e que, portanto, eram impróprias a esta finalidade, porque contribuía para que a população em geral e, em especial, as crianças, fossem acometidas por doenças graves. Elton Soares de Oliveira, representante do Espaço Cultural Florestan Fernandes e conselheiro do Consema, depois de declarar que a exposição feita pela Dersa no início desta audiência representava um avanço em relação àquelas que até agora tinham sido realizadas, principalmente no que dizia respeito às indenizações, informou que era conselheiro suplente do Consema e, como morador do Município de Guarulhos – cujo território também seria utilizado para implantação deste projeto –, solicitava aos representantes da Dersa que também levassem a cabo o processo de desapropriação que ocorrerá neste Município, uma vez que a gestão atual não tem sido flexível, mas extremamente autoritária, pois pretendia retirar a população dos locais em que se encontravam e reassentá-la em áreas desprovidas de qualquer infra-estrutura, e que, por este motivo, propunha: 1) que essa questão fosse aprofundada na reunião que acontecerá na próxima terça-feira entre os representantes da Dersa e das entidades e associações com atuação nos bairros onde ocorrerão desapropriações; 2) que, no contexto da discussão sobre a situação dos moradores do Município de Guarulhos que serão desapropriados, a Dersa analisasse a possibilidade de reassentar esta população em um terreno que possuía neste Município e havia sido adquirido em um processo de desapropriação; 3) que fosse realizada uma audiência pública em Guarulhos com o objetivo de que a população que será removida se manifeste a

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

esse respeito, pois ela tinha esse direito de discutir seu destino, até mesmo porque, durante anos, ela pagou os impostos devidos aos cofres do Estado e da União. Nilton César Serralho, representante da Associação dos Moradores do Jardim Cumbica, depois de declarar não ter sido citado o Município de Guarulhos na apresentação, embora tenha ouvido falar que proprietários de terras e imóveis localizados neste Município, em área próxima do traçado União, seriam desapropriados, pediu fosse realizada uma audiência também neste Município, pois as pessoas que dirigiam este país não podiam simplesmente passar um rolo compressor por cima dessa população. Lourival Afonso de Brito, representante da Associação de Moradores Jardim Nova Conquista, depois de declarar que, embora a população deste bairro reconhecesse a importância dessa obra, aqueles que serão desapropriados exigiam uma indenização justa – e se colocavam à disposição para contribuir com esse processo indicando até mesmo áreas onde poderiam ser construídas suas moradias – e não aceitavam indenização na forma de aluguel, comentou: 1) que discordava da afirmação do representante da Dersa de que, se vier a ocorrer algum problema, ele o solucionaria no prazo de quarenta e oito hora, pois já se havia passado o tempo da ditadura, e, atualmente, os procedimentos e prazos do Poder Judiciário tinham de ser respeitados; 2) que, assim como havia recursos para ampliar essa avenida, também deveria haver para construção de creches, instalação de postos de saúde e pavimentação das ruas do bairro Jardim Nova Conquista. José Luiz Filho, representante da Associação Comunitária Jardim Elizabeth, depois de declarar que vinha acompanhando as audiências realizadas sobre o licenciamento dessa obra, a qual interferiria de certa forma na vida de muitos moradores, comentou: 1) que sua principal preocupação era com os moradores da Estrada de Santo André, "lá no finzinho", nos limites com o Município de Mauá, num loteamento irregular, o que o levava a perguntar quais benfeitorias e benefícios que essa obra propiciaria a essa população; 2) que os recursos oriundos da compensação, como foi dito, seriam aplicados em um parque do Município de Mauá, o que o levava a propor que tal aplicação fosse feita no Parque Cipoada, dado que não existia nenhuma área de lazer na região e que 80% da obra se localizaria no Município de São Paulo; 3) que fazia esta sugestão não porque quisesse prejudicar a população de Mauá, mas porque as obras feitas pelo Estado, como, por exemplo, as casas construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano-CDHU, no Parque São Rafael II, que contava com 177 apartamentos, era isolada, sem asfalto e qualquer outro tipo de infra-estrutura. José Ulisses Bezerra de França, representante do Grupo de Educação Ambiental, depois de declarar ter-se decepcionado com o representante da Dersa que lhe havia prometido, por ocasião da audiência pública realizada em Mauá, que enviaria o projeto modificado, mas não cumpriu esta promessa, e de que, assim como o representante da Dersa não pôde dar conta de algo tão simples, igualmente não teria condições para fazer frente aos compromissos assumidos ao longo do processo de licenciamento da ampliação dessa avenida, ou seja, não faria frente aos encargos advindos da desapropriação dos moradores, entre outros, com sua remoção e reassentamento em locais com condições idênticas às existentes nos bairros onde atualmente moravam. Em seguida comentou: 1) que, durante as apresentações, os responsáveis por este projeto e pelos estudos realizados declaravam que seriam gerados postos de trabalho, mas não informavam sua quantidade nem quando e onde eles seriam criados; 2) que não entendia por que os recursos das compensações não eram destinados à região de São Mateus, no Município de São Paulo, se 80% da obra se localizava em seu território, e que não era justo que sua população sofresse os impactos, como a poluição sonora e do ar, e não recebesse nada em troca; 3) que não aceitava também a acusação de que os moradores haviam contaminado os corpos d´água, porque neles despejavam os esgotos, pois, se isso ocorria, a culpa era da Sabesp e da Cetesb; 4) que a população queria essa obra,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

desde que os empreendedores assumissem os compromissos sociais e ambientais. José Nilton Guedes da Silva, representante do Movimento Luta por Moradia, comentou: 1) que o Prefeito do Município de Guarulhos não atendia a ninguém que morava em áreas próximas daquelas que seriam utilizadas para a ampliação dessa avenida e se inseriam na rota do transporte de cargas em direção ao Porto de Santos, e eles tinham de ser considerados pelos empreendedores, independentemente do partido ao qual se filiava o Prefeito do Município; 2) que a área que a Dersa possuía neste Município, à qual não era dada nenhuma utilidade, possuía aproximadamente 1 milhão de metros quadrados, e que, como não possuía nenhum "escape", constituía um terreno ideal para construção de moradias; 3) que os moradores do Município de Guarulhos não eram contrários a esse projeto, desde que ele não ferisse sua dignidade de ser humano e de cidadão que cumpre seus deveres e paga seus impostos, e que a consideração que lhe era devida não se legitimava em um título de proprietário; 4) que, sem dúvida, a população de Guarulhos estava sendo visada, pois, concomitantemente à execução deste projeto, um outro se encontrava em andamento, que era a ampliação do Aeroporto Internacional de Cumbica, o qual igualmente ensejaria desapropriações; 5) que era necessário que se realizasse o quanto antes uma audiência no Município de Guarulhos, dando-se assim cumprimento aos princípios constitucionais, porque, caso contrário, essa obra empacaria. Eduardo Pinheiro Borges, representante do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, comentou: 1) que, no âmbito da implantação e funcionamento dessa obra, se preocupava principalmente com os impactos que seriam causados no sistema viário, principalmente desde Itaquera até São Miguel e a Rodovia dos Trabalhadores; 2) que vinha constatando que a Avenida Jacu-Pêssego estava perdendo suas características de via local, na medida em que passou a atender à demanda do trânsito dos bairros próximos, o que se agravará com esta ampliação, na medida em que passará a integrar o sistema viário da região, pois as duas vias paralelas, a Vitória Santinho, de um lado, e a Sábato Dângeno, de outro, se estenderão até a Ragueb Choufi; 3) que, por estes motivos, serão bem-sucedidas os projetos que a Emurb e o Siurb pretendem desenvolver, porque, caso contrário, ocorrerá com os bairros dessa região o mesmo que aconteceu com aqueles que ficaram divididos com a implantação da Radial Leste, o que concorreu para que não se concluíssem as obras previstas para aquela região, e isso não por descuido do Poder Público; 4) que solicitava aos Vereadores que olhassem para o desenvolvimento dessa região e lutassem para que fossem construídas pistas paralelas que se integrassem ao viário local, ligando a Avenida Jacu-Pêssego à Rodovia dos Trabalhadores. Sidney Ribeiro de Araújo, representante da Associação Bandeira do Aracambi, comentou: 1) que o representante da Dersa havia afirmado que o Campo 1º de Maio representava o futuro dos jovens esportistas da região, mas lembrava-lhe que, se os jovens não tiverem onde morar, não terão nenhum futuro, pois ter moradia é um direito anterior a qualquer outro e sua observância deve estar em primeiro lugar; 2) que não só residia como também possuía um pequeno comércio no local onde se diz que será construído este campo de esporte, e que, embora ela e muitos outros vizinhos fossem favoráveis à implantação deste projeto, todos entendiam que devam ser atendidas, em um primeiro momento, às necessidades dessas famílias, cujo número até agora não foi suficientemente informado; 3) que, embora a população do bairro onde morava não tivesse recebido nenhuma informação dos órgãos municipais, apareceram lá algumas pessoas que se apresentaram como funcionários da prefeitura e das empreiteiras e informaram que alguns moradores deveriam deixar suas casas, pois ali seria construído um canteiro de obras, e os moradores exigiam que essa remoção fosse feita pela Dersa, com a qual estabeleceram alguns acordos, e não pelos órgãos municipais, com os quais não firmaram nenhum compromisso. Gerônimo Barreto da Silva, representante da Associação Nossa Senhora Aparecida, comentou: 1) que a remoção de alguns

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

moradores do Jardim São Francisco, à qual se referiu o manifestante que o antecedeu, estava ocorrendo em virtude das obras de beneficiamento que seriam executadas neste bairro, as quais, orçadas em 112 milhões de reais, beneficiarão mais de 15 mil famílias, das quais, durante a execução das obras, com duração prevista para seis meses, seriam pagos os aluguéis, e, depois desse período, essas famílias ou iriam morar em apartamentos que receberão da Dersa indenização ou retornarão para suas antigas moradias; 2) que esses recursos, oriundos dos cofres municipais e do PAC, seriam aplicados em obras de urbanização do Jardim São Francisco, que resolverão os problemas do aterro e do biogás; 3) que era necessário, pois, correr atrás das compensações, e que, embora a imprensa não concedesse espaço em seus veículos para que esses problemas fossem divulgados, a população desses bairros e suas lideranças, que lutavam por esses direitos há mais de doze anos, continuariam lutando; 4) que aproveitava esta oportunidade para dar os parabéns às lideranças, porque, enfim, alguns benefícios serão obtidos, como a pavimentação, por exemplo, que todos queriam, como também a execução de obras de infra-estrutura, como serviço de saneamento, que não existia no bairro, e iluminação; 5) que todos ficassem tranqüilos porque ganhariam suas casinhas e receberiam da Dersa um tratamento digno e honrado. Remilton José dos Santos, representante da Organização Federal de Educação Ambiental, comentou: 1) que o trabalho social de assentamento já deveria ter sido feito, principalmente no Jardim Nova Conquista, cujo número das famílias que seriam removidas deveria ser mais bem-detalhado, pois não seriam derrubadas apenas 42 casas, como foi dito, mas, aproximadamente, 150; 4) que, além de alertar a todos para que não assinassem nenhum documento, para que não aceitassem a situação de aluguel, protestava também contra a realização da reunião programada para o próximo dia 25 de março, com a finalidade de que sejam votadas diretrizes para o processo de negociação, pois estas diretrizes já deveriam adotadas. Neusa Alves de Oliveira, representante da Associação Habitacional do Município de Mauá, comentou: 1) que, após a realização da audiência pública em São Mateus e de uma reunião no Bairro do Oratório, a situação ficou mais confusa para a população que aí morava, e isso levou a associação que representava a protocolar um documento na Dersa, que respondeu, nesse mesmo dia, alguns dos questionamentos feitos no documento, como, por exemplo, que seriam removidas 1 mil 897 famílias, dados estes que a associação não divulgou até hoje, pois, esperava este momento, o qual era mais adequado para a divulgação desta informação; 2) que, como foi dito por outras pessoas, ninguém invadia áreas de risco porque escolhia morar nessas condições, mas, sim, pela inexistência, no país, de um política habitacional que atendesse ao trabalhador que ganhava até três salários mínimos; 2) que outra informação obtida por sua associação era que sairiam 2 mil das 7 mil famílias que moravam no Bairro do Oratório, cujas residências ficavam em cima dos esgotos, o que mostrava a necessidade de a sociedade se organizar, pois só assim ela conquistaria este tipo de benefício; 3) que tornava claro que esta comunidade não era contrária ao desenvolvimento, pois isso significaria desconhecer a própria história do Brasil, mas ela exigia a justa indenização para cada família. Waldomiro Nonato Ribeiro, representante do Instituto Balão Social, comentou: 1) que solicitava ao representante da Dersa que informasse se esta empresa era estatal ou privada, pois, caso pertencesse ao Estado, não se daria crédito às promessas feitas durante esta audiência, uma vez que o Estado mudava de palavra à medida que o Sol girava, pois promessas semelhantes foram feitas e não foram cumpridas; 2) que, por exemplo, se anunciou que se faria a ligação entre Estação Metrô Vila Madalena e a de São Mateus, e isso não foi feito, e o mesmo aconteceu com relação às obras da Avenida Ragueb Chohfi, pois se anunciou que elas seriam iniciadas em 2005, e algum tempo depois as placas sumiram sem que tivesse começado a executar essa duplicação; 3) que as compensações deveriam ser aplicadas na

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

região de São Mateus e tornava claro que se referia, não à compensação prevista pela legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, que só podiam ser aplicados em unidades de conservação, mas, sim, aos impactos mitigáveis nos locais onde eles ocorrem Ademir Áureo Mota, representante do Fórum de Liderança do São Francisco, comentou: 1) que era uma liderança no Bairro São Francisco e lutava pela construção de moradias nessa área e pelas compensações ambientais; 2) que a Dersa ofereceu informações, hoje, diferentes daquelas que ofereceu por ocasião da audiência pública de Mauá, as quais demonstraram algum avanço; 3) que solicitava fossem alojados os moradores e só, depois, construída a avenida; 4) que solicitava fosse realizada uma audiência pública também sobre a petroquímica da Dutra, pois assim se conheceria este projeto, uma vez que era proibido às lideranças adentrarem aquela área; 5) que, sem dúvida, esta obra, que ligaria o porto ao aeroporto, era muito necessária ao desenvolvimento, motivo por que nem os moradoras nem as lideranças de bairro eram contrários à sua execução, mas apenas exigiam que os proprietários das moradias que seriam removidas fossem alojados dignamente, em moradias também de sua propriedade, e que cada caso deveria ser analisado em sua especificidade; 6) que, para tanto, solicitava fosse feito planejamento de remoção que contasse com verbas próprias, para que houvesse condição de se firmarem contratos de aluguéis e de compra de novos imóveis, dos quais constassem também a informação sobre onde serão construídas as novas unidades habitacionais; 7) que agradecia à imprensa que tinha aberto espaço para a divulgação dessas preocupações da população que será desalojada. O Secretário-Executivo concedeu a palavra ao Paulo Vieira de Souza, Diretor de Engenharia da Dersa, que ofereceu as seguintes informações: 1) que a Dersa não tinha a mínima intenção de perder a credibilidade daquilo que prometeu e que não havia entregue o projeto ao Senhor José Ulisses Bezerra de França, porque o acordo era que ele entraria em contato com a empresa para solicitar o projeto, e não para suscitar discussão; 2) que deveria ser esclarecido a quem deveria ser entregue o projeto, se as lideranças de cada bairro ou às pessoas, e que, a seu ver, deveria ser entregue às lideranças para que estas o apresentassem a todo o bairro; 3) que entregaria a cada Município uma cópia deste projeto – que ainda não estava concluído – e o encaminharia ao Senhor José Ulisses Bezerra de França, e que lhe pediria que mostrasse o projeto a todos; 4) que afirmou anteriormente que a Dersa pagaria as indenizações ou em moradia – casa ou apartamento – ou em dinheiro, e não da maneira proposta por algumas pessoas que se manifestaram há pouco, qual seja, pagar o aluguel por algum tempo – até que esta empresa construa as moradias para onde as famílias em seguida serão transferidas –, uma vez que esta empresa não podia impor a forma de indenização, ou seja, impor ao morador que aceitasse dinheiro ou moradia, e esta empresa procederá de acordo com a solicitação feita, ou seja, se ela for informada de que num bairro são necessárias cem casas, esta empresa as construirá; 4) que outra informação importante dizia respeito ao contrato de aluguel, que será feito pela Dersa, com duração de dezesseis meses, no máximo, e que, portanto, será ela a responsável pelo pagamento; 5) que, ao afirmar que a Dersa resolverá o problema em quarenta e oito horas, quis com isso dizer que ela entregará a quitação do convênio em quarenta e oito horas; 6) que todas as perguntas feitas pela população do Bairro do Oratório – local onde ocorrerá o maior número de desapropriações –, através de documento protocolado pela Senhora Neusa de Oliveira, foram respondidas por escrito e entregues a essa senhora, com o pedido de que mostrasse a todos os interessados; 7) que a credibilidade da Dersa como sociedade anônima era financeira, e não política; 8) que o levantamento das moradias seria feito pela Dersa, oportunidade em que solicitaria ao morador que indicasse a forma de indenização que preferia, e que este trabalho se iniciaria no mês de maio e o processo de remoção das famílias ocorreria a partir de janeiro. Gildete Ribeiro de Almeida,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

representante da Sociedade Amigos dos Jardins Helena, Augusta e Adjacências, comentou: 1) que, segundo foi afirmado, as transposições das vias pelos pedestres seriam feitas através de passarelas, e, no Jardim Iguatemi, não estava prevista nenhuma transposição para se chegar à Escola Jardim Iguatemi, que, ao que parece, além de ficar cercada por avenidas de todos os lados, sem a construção ali de uma travessia se tornará quase impossível a chegada das crianças à escola, e que, a seu ver, teria sido menos penoso para a população que se desapropriasse e derrubasse o prédio do Habibs do que se afetar esta área contígua à escola; 2) que havia necessidade também de se construir um trevo para se acessar a Avenida Jacu-Pêssego, vindo de Tiradentes no sentido de Itaquera, à altura do primeiro retorno, porque, se ele não for construído, não se tornará possível o transporte, por carro, das crianças que vão à escola, obrigando-as a percorrerem este percurso a pé; 3) que propunha também fosse canalizado um pequeno trecho do Córrego Aricanduva; 4) que, como foi mostrado, a Avenida Jacu-Pêssego substituirá o anel viário de São Paulo, cujos 41 km, na Zona Leste, não interligavam a Rodovia Ayrton Senna com a Rodovia Anchieta, e que, portanto, o tráfego das Avenidas do Estado, Salim Farah Maluf e Aricanduva e da Marginal do Tietê, além daquele oriundo do Vale do Paraíba e do Estado do Rio de Janeiro, será transferido para a Avenida Jacu-Pêssego, e esta via, quando houver um acidente, se transformará em um verdadeiro caos. Mozart Ladenthin, representante do Instituto de Formação e Ação Política de São Mateus–Infap, comentou: 1) sobre os avanços no processo de negociação que houve desde a última reunião, em Mauá, e esta que ora se realiza, e isso graças à mobilização popular; 2) que a Prefeitura do Município de São Paulo e o Governo do Estado têm chamado os membros do instituto que representava de terroristas, mas que não aceitava essa alcunha porque, ao discutir com a população os direitos que ela tinha, e o que ela poderia fazer para que eles fossem respeitados, não considerava esta atuação como terrorista; 2) que esta audiência se constituía em uma manifestação de que, quando a população se unia, ninguém conseguia fazer com que seus direitos não fossem respeitados; 3) que, embora a Dersa fosse uma empresa que tivesse recursos próprios, seus dirigentes eram nomeados pelo Governador, o que tornava necessário que prestassem contas ao Governo do PSDB, que tem demonstrado não estar comprometido com a população mais pobre do país, e que propunha um desenvolvimento que contemplava apenas uma minoria; 4) que, por este motivo, era necessário se policiar todo projeto que afetasse a população, que a deixasse sem moradia, ou seja, era preciso continuar desconfiando desses processos, e as lideranças de bairro fizeram um trabalho importante na perspectiva de obter garantias para a população mais pobre. Laércio José de Souza, representante da Associação dos Moradores do Jardim da Conquista, depois de solicitar que novamente fosse apresentado trecho do vídeo em que aparecia o traçado das obras no Bairro Jardim da Conquista, principalmente nas proximidades de Córrego Caguaçu, pediu também: 1) que deveria ser executada uma transposição deste córrego; 2) que as obras deveriam iniciar-se em áreas onde não existem edificações; 3) que grande parte dos moradores do Jardim da Conquista prefere ser indenizada em dinheiro; 4) que, depois de muitas solicitações, os representantes da Dersa resolveram estabelecer uma negociação e estavam convocando as lideranças para comparecerem à Associação dos Moradores no próximo dia 25 de abril; 5) que membros da associação pretendiam acompanhar a realização do cadastramento; 6) e que, por último, fazia um alerta aos representantes dos órgãos envolvidos, no sentido de que, se os termos da negociação não contemplarem às necessidades da comunidade, nenhum acordo será feito. Josuel Rego da Silva, representante da Associação Amigos do Bairro do Oratório, depois de agradecer ao Secretário-Executivo do Consema a realização desta audiência e aos moradores do Bairro Oratório seu comparecimento nesta audiência e de pedir informação sobre a infra-estrutura

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

que seria implantada na área do campo de futebol que, como foi informado pelo representante da Dersa, seria preservada, comentou: 1) que a manifestação dos moradores nesta audiência não tinha como objetivo protestar contra a implantação deste projeto; 2) que entendia que os representantes da Dersa eram confiáveis e não tinham a intenção de fazer promessas aos moradores sem a intenção de cumpri-las. Claudelina Maria dos Santos, representante da Associação do Bairro Jardim São Francisco, comentou: 1) que as pessoas estavam sendo desapropriadas com muita falta de respeito, pois suas casas estavam sendo derrubadas e, em contrapartida, estavam oferecendo indiscriminadamente 5 mil reais a cada um, qualquer que fosse o porte e a condição do seu imóvel; 2) que, em face desta situação, alguns moradores foram às Subprefeituras e tentaram falar com os assistentes sociais, mas não obtiveram nenhuma resposta esclarecedora, apenas disseram-lhes que suas vidas virariam um inferno, o que realmente já aconteceu, pois estavam faltando água e energia, e os empreendedores – não se tratava dos empreendedores responsáveis pela obra de prolongamento da Jacu-Pêssego, mas de empreendimentos imobiliários – estavam oferecendo apenas 3 mil reais sem nenhuma preocupação com seus destinos, também com o destino daqueles que viviam do comércio que teria de ser fechado, apenas exortava a todos para que limpassem a área; 3) que a ela havia sido oferecida uma quantia entre 5 e 8 mil reais para que comprasse uma casa ou um terreno, e que voltou a procurar a assistência social para saber da viabilidade de adquirir uma casa com essa quantia, mas, mais uma vez, constatou que os funcionários não eram solidários a eles, moradores. Carlos Roberto Soler, representante do Rotary Clube São Paulo-São Mateus e da Câmara de Dirigentes dos Lojistas da Cidade de São Mateus, comentou: 1) que, por certo, ninguém adquiriria um terreno por 5 mil reais, mas, mesmo assim, a Dersa propunha essa quantia para indenização, cabendo ao morador comprar outro terreno, que, com certeza, não encontrará e se verá, portanto, compelido a invadir uma área, configurando-se, portanto, a omissão do Estado, porque, se por um lado, pagava um valor irrisório ao desapropriar um imóvel, por outro, não implantava uma política habitacional voltada para a população de baixa renda; 2) que, portanto, o responsável pelas invasões não eram as pessoas que não tinham onde morar, mas o Estado, do qual a Dersa era porta-voz, e a única reação possível era que essas pessoas se unissem e tomassem uma decisão conjunta: 3) que, a seu ver, a sociedade civil organizada deveria participar da avaliação desses terrenos e dessas casas e não aceitar que suas moradias sejam trocadas por outras que medem 48 metros quadrados e na qual residirão famílias com mais de oito pessoas; 4) que, a seu ver, devem ser oferecidas as seguintes informações: a) a extensão efetiva dessa avenida e sua capacidade de suporte no que diz respeito a automóveis e caminhões; b) a razão por que só se constroem avenidas e não se otimiza o transporte público coletivo; c) quantos pontos de ônibus serão instalados nessa avenida e qual a distância entre eles; 5) e que devem ser instaladas indústrias às margens dessas avenidas. José Domingos Marinho, representante do Diretório do Partido dos Trabalhados de São Mateus, depois de declarar que lamentava o fato de não ter comparecido a esta audiência nenhum representante do Ministério Público e nenhum parlamentar para defender os interesses dos 500 mil habitantes desta região; 2) que a população era composta de cidadãos simples e os advogados dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de não falarem a linguagem do povo, não defendiam seus interesses, e que, portanto, as comunidades que seriam atingidas por este aterro não foram muito competente, porque, se tivesse sido, essa reunião teria outro teor; 3) que tanto a Igreja Católica como a Igreja Evangélica, além de se fazerem presentes, deveriam também preparar melhor seus adeptos; 4) que solicitava à Dersa que oferecesse informações detalhadas sobre as questões envolvidas com o processo de desapropriação e de relocação das famílias, se a condução desse processo era competência dessa empresa ou da Prefeitura

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

do Município de Guarulhos. Jorge do Carmo, representante da Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e Assentamentos de São Paulo, depois de dar parabéns aos moradores que compareceram à audiência e que delegaram poderes às autoridades para que elaborassem projetos e os expusessem, os quais se tornaram viáveis com os impostos pagos pela população, e de dar parabéns também à Dersa pelas mudanças que implementou no projeto, comentou: 1) que o prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego era uma luta antiga dos moradores e que não se poderia deixar de participar dela; 2) que, no entanto, não se concordava com algumas medidas que envolviam esse prolongamento, como, por exemplo, a remoção da população, e que, em relação a esse processo, se deveria ficar vigilante e não se deixar de comparecer a uma única reunião que tivesse como objetivo debater este assunto; 3) que os dados apresentados sobre o processo de desapropriação no início desta audiência pelos representantes da Dersa eram muito diferentes daqueles apresentados por ocasião da audiência realizada em Mauá, o que se devia aos protestos da população contra as propostas anteriormente apresentadas; 4) e que esta questão deveria ser tratada com muito cuidado, porque, se não se resolverem os problemas decorrentes do processo de desapropriação, a população não terá outra alternativa a não ser comprar lotes em áreas irregulares ou invadir novas áreas, dada à inexistência de uma política habitacional do governo que contemplasse a população de baixa renda. Depois de Francisco de Paula, representante da Comunidade Cristã do Bairro de São Francisco, ler o Versículo 3 do Capítulo 1 e o Versículo 12 do Capítulo 22 do *Apocalipse*, e de afirmar que os detentores do poder receberão em troca aquilo que fizerem contra os pobres com os quais se defrontam no processo de implantação de seus projetos, manifestou-se Marcelo Lichi, representante do Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, nos seguintes termos: 1) que o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC congregava sete Municípios desta região – Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; 2) que, em 2005, este consórcio, já prevendo os impactos que seriam causados pelo desemboco do Trecho Sul do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, da Avenida João XXIII e da Avenida Jacu-Pêssego, encomendou a elaboração de um estudo à empresa de consultoria Geométrica com o objetivo de detectar os pontos de gargalo do tráfego nessa região, o qual identificou oitenta pontos, doze dos quais na ligação do Trecho Sul do Rodoanel com a Avenida Jacu-Pêssego, e constatou que, embora Mauá fosse o Município que sofreria maior impacto, também outros seriam atingidos; 3) que esse comitê, depois de ter coordenado o processo de licitação, contratou a elaboração, por esta mesma empresa, de um plano de integração de área de interesse regional, o qual será concluído no prazo de cento e vinte dias e identificou a descarga do trânsito deste trecho do Rodoanel e da Avenida Jacu-Pêssego com o objetivo de se prevenir o trancamento do trânsito em toda a região do ABC, o que tornaria inviável este empreendimento; 4) que, como não se tinham todos os dados necessários para subsidiar a elaboração deste estudo, solicitava à Dersa que integrasse o comitê, oferecendo subsídios que colaborassem para a identificação da descarga da "coleta" dos Trechos Leste e Sul do Rodoanel Metropolitano Mário Covas e da Avenida João XXIII; 5) e que convidava também a Siurb para integrar este comitê e contribuir com dados de modo a se evitar que essa região viesse a vivenciar uma situação caótica em 2010. Margarida Maria da Silva Troy, representante do Movimento em Defesa do Vale do Aricanduva, depois de declarar que fazia parte também do Conselho Gestor da APA do Carmo, comentou: 1) que, ao longo destes anos, vinha lutando pela proteção desta área de preservação ambiental, motivo por que se preocupava com o aumento do trânsito – que contribuiria para a piora da qualidade do ar – e com o adensamento populacional dessa região, principalmente com o prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego, o que piorará, sem dúvida, as condições de vida

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

dessa mesma população; 2) que outra preocupação era com o fato de que um grande número de crianças estudava em escolas que passariam a se localizar às margens dessa rodovia, o que se tornava necessário oferecer um trajeto seguro para que as crianças pudessem utilizar, sem sofrer nenhum risco, em suas idas e vindas das escolas; 3) que este projeto deveria, portanto, contemplar essas questões ambientais e sociais e, nessa medida, implementar medidas de compensação na própria APA do Carmo, que se tornará ameaçada com estes impactos; 4) que informava a todos que o Conselho Gestor desta APA era uma espaço aberto para toda a comunidade discutir estas questões e, também, contribuir para o aprimoramento ambiental deste projeto; 5) e que pedia a todos que ficassem alertas, porque, se, por um lado, todos desejavam o progresso, era necessário que ele se fizesse acompanhar da melhoria da qualidade, e, no tocante à tal possibilidade nesta região, ele deveria preservar as áreas verdes existentes. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Depois de Edmilson Feitosa da Silva solicitar esclarecimentos sobre a situação do campo de futebol no Jardim São Francisco, se ele continuaria intocável, e de algumas casas localizadas no Jardim da Conquista, Carmindo Hilário Moreira propôs que, quando houvesse um terreno vazio ao lado dos imóveis que seriam desapropriados, a população fosse nele realocada. Depois de Valdecir José de Oliveira declarar que protestava contra o fato de a compensação ambiental desta obra não ser destinada ao Jardim São Francisco, em cujo território se concentrava um terço da extensão deste traçado, e, sim, a unidades de conservação que se localizam longe desses bairros, os quais só terão, como contrapartida, o aumento da poluição do ar, Caetano Coelho Pinho declarou: 1) que a ausência, nesta audiência, da população que vivia no entorno do Aterro Sanitário São João se devia à falta de comunicação da Dersa e da Prefeitura do Município de São Paulo e que só realizam esta audiência porque a legislação assim determinava; 2) e que a população que seria afetada por este empreendimento deveria ir à luta, se organizar e exigir que a Dersa cumprisse aquilo que declarou ser atribuição sua. Depois de Edmilson Batista Luís declarar que morava em uma área de onde a população seria removida e que sofria muito com a idéia de ser retirado do seu cantinho onde conhecia a todos e era por todos conhecido, onde tinha um lugar para morar, que era a sua casa, situação esta que era muito injusta, e que foi ele mesmo quem construiu a casa onde morava e, para tanto, teve de pisar no barro todos os dias, e a Dersa declarava que iria demoli-la, motivo porque perguntava que segurança lhe seria oferecida em troca e se realmente as vantagens alardeadas seriam realmente cumpridas. José Antonio dos Santos declarou que se dirigia aos parlamentares deste país que criavam projetos e faziam as leis que reconheciam o direito do idoso à moradia, mas que tudo isso ficava só no papel, uma vez que a Dersa pretendia derrubar a sua casa com 103 metros quadrados, em troca da qual esta empresa queria lhe dar um apartamento de 43 metros quadrados. Declarou também que essa atitude revelava como o idoso não tinha neste país nenhum direito nem sequer à alimentação e à saúde, pois as pessoas – jovens, adultos e idosos – viviam morrendo nos hospitais sem assistência. Declarou, em seguida, que sabia não ser este o lugar adequado para fazer este tipo de protesto, mas que esta era a primeira oportunidade, em seus 66 anos de vida, de ficar diante de parlamentares e lhes perguntar por que eles eram contrários às pessoas que trabalharam a vida inteira em empresas privadas e cumpriam sempre os seus deveres em nome da grandeza desta nação. Reiterou a pergunta feita aos parlamentares sobre a serventia daquilo que escreviam, e sabia que todos eles, a essa altura, já haviam se retirado, porque era muito pequeno o compromisso que tinham com os cidadãos, mas sabia, também, que, como este era um ano eleitoral, eles voltariam para pedir votos. Ivonete Santos Poleto declarou: 1) que em sua rua se instalara um verdadeiro caos, pois derrubaram as casas e acontecia aquilo que as assistentes sociais haviam dito, pois as pessoas

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

estavam sendo retiradas de suas moradias sem nenhum respeito e nenhuma assistência; 2) que não havia possibilidade de se adquirir um novo imóvel com o valor que eles estavam oferecendo e só aqueles moradores que se encontravam cadastrados há mais de quatro anos tinham direito a apartamento e que as demais pessoas, embora sejam cidadãs, não tinham direito à moradia; 3) que as autoridades só vão à favela em época eleitoral, que as autoridades viravam as costas para eles, ofereciam apartamentos só para quem estava empregado, pois o valor do imóvel dependia do valor do salário, e que as pessoas desempregadas ficavam ao deus dará; 4) que, por todos estes motivos, na Praça da Sé já não havia mais espaço e quem lá chegava com três filhos era posto na rua por aqueles que lá já se encontram. Maria de Lourdes Souza Silva declarou: 1) que tinha ficado muito triste ao constatar que sua casa seria demolida, embora o mapa que se encontrava exposto na Rua Salassiê mostrasse que ela não seria atingida, e acreditou naquele mapa que não "batia" com aquele que foi apresentado no início da reunião; 2) que estava ficando totalmente confusa, pois trabalhava à noite, faltou ao serviço para comparecer esta audiência e esclarecer suas dúvidas, e saía muito triste porque saía com as mesmas dúvidas que tinha quando esteve na audiência em Mauá e quando participou da reunião da associação de seu bairro; 3) que não tinha outra alternativa senão sair do aluguel, mas queria ter certeza se a residência localizada na Rua Salassiê, 296, na qual enterrou toda a sua vida, inclusive seu fundo de garantia, e onde moravam quatro famílias, a sua e as de seus três filhos, que queria saber a verdade, e não ser tratada como criança. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Regina Luisa Fernandes de Barros, Diretora do Departamento de Controle Ambiental da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de São Paulo, declarou: 1) que a Secretaria do Meio Ambiente realizou uma reunião, no dia de hoje, com o Siurb, a Dersa, a Subprefeitura de São Mateus e a Sempla e promoverá outras reuniões com o mesmo objetivo, qual seja, promover ajustes no plano de compensação; 2) que, no ano anterior, com base no EIA/RIMA, esta Secretaria havia emitido um pareceres técnicos sobre os planos diretores regionais. Passou-se à etapa das réplicas. Paulo Vieira Souza, representante da Dersa, declarou: 1) que a área a ser desapropriada era maior do que a necessária para a construção de pistas com a finalidade de que haja proteção para as casas que se localizam à margem da rodovia, durante a execução da obra; 2) que não será demolida a casa da Senhora Maria de Lourdes Souza e Silva; 3) que o levantamento feito foi acompanhado via satélite pelo telhado de cada casa, e que, a partir de maio, a Dersa entrará em contato com as pessoas para marcar um encontro com cada família, encontro este que não tem como finalidade retirar as pessoas de suas casas, mas, sim, para se calcular quantas residências precisam ser construídas, se casas ou apartamento, e quantas famílias preferem ser indenizadas com dinheiro; 4) que muitas pessoas não apreenderam corretamente as informações oferecidas acerca das indenizações, pois, se uma casa tem 105 metros e valia 80 mil reais, seu proprietário receberá esta quantia, e que, se a residência de uma pessoa for um barraco e ele for avaliado em 10 mil reais, ela receberá um apartamento; 5) que a Dersa era uma companhia mista, e ela, juntamente com a PMSP e com o Governo do Estado de São Paulo, cumprirá tudo o que prometeu, e que, no próximo dia 25 de março, receberia os representantes dos moradores, munidos de documentos que comprovem essa representação, para oferecermos todas as informações que se fizerem necessárias; 6) que a Dersa não tem nenhuma responsabilidade com as questões ligadas à remoção de moradores no Município de Guarulhos cujo motivo não for o prolongamento da Avenida Jacu-Pêssego. Júlio Scotini, representante empresa de consultoria Geométrica Engenharia, esclareceu não ter ainda sido definido se os recursos destinados à compensação ambiental, conforme a Legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, serão aplicados ou não no P.E. da Serra da Cantareira, e que a

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

obrigação do consultor era elencar todas as unidades da RMSP e encaminhar esses dados à Câmara de Compensação Ambiental da SMA, e propor que seja escolhida aquela mais próxima da região de São Mateus, Hamilton Clemente Alves, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema: 1) que muitas dúvidas acerca das indenizações foram hoje esclarecidas; 2) que pode ser oferecida em outro momento a informação que solicitou sobre o número de veículos que iria trafegar nessa avenida, pois era uma solicitação da comunidade que se preocupava com os impactos que serão provocados, entre os quais os sonoros e a poluição atmosférica; 3) que retificava as informações que havia oferecido na última audiência sobre o Condomínio Santa Bárbara e que mantinha somente a solicitação de que a reserva florestal criada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado fosse transformada em um parque municipal para toda a comunidade de São Mateus; 4) que as entidades participarão deste encontro com a Dersa – para a qual convocava os presidentes das associações de bairros cujos territórios seriam afetados pelo traçado – cujo objetivo era esclarecer uma séria de questões que até agora não foram suficientemente entidades; 5) que agradecia ao conselheiro Carlos Bocuhy a oportunidade que havia dado à associação que representava para fazer uso da palavra na etapa destinada ao Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. O Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, comentou: 1) ter sido cumprido, mais uma vez, o papel da audiência pública, que era discutir aquilo que o Governo propunha com o objetivo de cumprir sua atribuição, que era prover as infra-estruturas de que a população necessitava e precisava; 2) considerar importante a reunião marcada com os representantes da Dersa, e que as pessoas interessadas que quiserem obter mais informações sobre este encontro que entrem em contato com o Senhor Hermes através do telefone 3719-7038; 3) que, por se tratar de uma reunião técnica com o objetivo de discutir detalhes sobre algumas questões, entre as quais a desapropriação e reassentamento, as pessoas deveriam já organizar as perguntas e questionamentos que possuíam de modo que se alcancem os objetivos propostos; 4) que tinha a dizer que essa audiência pública consagrava o trabalho do Cosema de favorecer a realização de reuniões e discussões mais amplas e mais transparentes sobre todos os projetos; 5) e que, independentemente das reuniões que os senhores terão com a Dersa, qualquer um dos interessados tem cinco (5) dias úteis para encaminhar,se assim o desejar, qualquer contribuição ou sugestão que vise o aprimoramento deste projeto, a qual, sem dúvida, será encaminhada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA para que este a analise na perspectiva de incorpora-la ou não ao projeto. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos desta audiência. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br